



---

## RECIDIVAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENTRAVES PARA DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

Profa. Dra. Luciene Ferreira da Silva

### 1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente venho refletindo sobre a Educação Física, sobretudo por conta de minha participação em Grupos de Pesquisa que se dedicam ao estudo da formação profissional na área (NEPEF – UNESP e GEPPEF – UNICAMP), tentando compreender o seu papel para a vida das pessoas, na escola ou fora dela e da ausência de objeto de estudo delimitado para melhor formação dos profissionais. Penso que qualquer profissão inserida no meio social deva ter uma função precípua e, que deva estar bem clara para as comunidades acadêmica - profissional e estas se encontrarem aptas a transferi-la, num processo natural para a sociedade.

Logicamente, que essa transmissão não ocorre somente via seus profissionais diretos e depende de uma série de outros meios que incluem profissionais de outras áreas e não profissionais, para fazerem a interpretação/leitura da Educação Física no contexto atual.

Porém, quando este papel não está claro junto aos formadores dos profissionais em Educação Física, os acadêmicos ao se transformarem em sujeitos “construtores” dessa cultura o farão muito mais influenciados pelo senso comum do que pela visão adquirida a partir dos estudos científicos, desenvolvidos sobre a formação profissional na área, a história e desenvolvimento da Educação Física e a realidade da sociedade a qual se inserem, para com a Educação Física poderem interferir de forma mais objetiva, “personalizando” o processo de sua construção histórica.

O potencial da Educação Física é muito grande e amplo e seu papel social para o desenvolvimento humano pode alcançar níveis inimagináveis se ela tiver profissionais bem qualificados para sistematização de ações a partir de objetivos bem definidos e, para isso alguns objetos já foram delimitados, porém, nenhum deles alcançaria no meu entender, nesse momento histórico, o objetivo de alocação da Educação Física enquanto área com campo específico de conhecimento se os seus interlocutores não estiverem a par, os aceitarem e os assumirem, sendo senhores das teorias que sustentam tal ou qual objeto.

Faço tal afirmação porque as dificuldades no momento, de se discutir na academia, com clareza, o que é a Educação Física, esbarram na dupla formação: licenciatura e bacharelado. E, destas estarem se consolidando de forma pouco comprometida profissional e socialmente e também do processo de embates acadêmicos e políticos que tem servido para alavancar debates, haja vista disparar conflitos entre os grupos de interesses defensores de pontos de vista contraditórios. Tais debates, positivos por um lado, também são lentos, corporativistas e desaceleram a construção de uma visão mais unificada da Educação Física. Expõem sua vulnerabilidade, podendo chegar a um ponto em que esta visão social se “desconfigure” se “diluindo” ainda mais, em setores como a escola em que houve, por exemplo, extinção de aulas de Educação Física do terceiro ano do Ensino Médio da rede pública estadual paulista em 2009, através da designação da Resolução SE n. 83 de Nov. de 2008. Ou seja, o embate demorado tem dispersado e desfocado o interesse primordial de qualquer área, que é o de consolidar-se e, enquanto isso, o



mercado, com menor preocupação com a profissão e maior interesse no lucro dispara com proposições de cursos ligeiros a custos baixos.

## 2 INTERFERÊNCIAS HISTÓRICAS PARA DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Mas, o que venho tentar expor não se conecta a estas contradições entre grupos ou setores, mas, às dificuldades que percebo enquanto professora que pesquisa a formação profissional e que possui experiência em gestão de cursos de Educação Física, seja de bacharelado ou de licenciatura. Que também atuou em todos os níveis da Educação formal e com todas as faixas etárias e vários grupos socioculturais em atividades extra-escolares, com o esporte de rendimento e com o lazer e que tem o olhar voltado para o processo de formação profissional visto de forma contextualizada, mesmo que aqui opte por um recorte.

O papel da Educação Física para as pessoas nos vários contextos socioculturais, parece estar pouco claro, seja para a academia como para a sociedade em geral. E, isso está intimamente relacionado com o processo de formação e de não delimitação do objeto de estudo logicamente. Tal problema interfere negativamente no desenvolvimento da Educação Física, deixando-a fragilizada, ao mesmo tempo em que desfavorece a sua utilização pelos sujeitos, em benefício de sua qualidade de vida, de seu desenvolvimento e aprimoramento como seres humanos/sociais.

O caráter educativo da Educação Física se confirma em qualquer setor. Precisa-se dela para atuar com a motricidade humana, movimento humano consciente ou outro objeto qualquer que se delimite, o esporte, o lazer, a dança, as lutas, os jogos, etc., para se alcançar essa finalidade de forma sistematizada.

No entanto, também se reconhece que elementos próprios dos estudos da área, tidos como “elementos da cultura corporal” em qualquer parte do mundo, dela são independentes. E isso, é mais um problema que interfere na visualização da Educação Física, enquanto um campo organizado de conhecimentos para o melhor diagnóstico, planejamento e avaliação de propostas, sejam em setores formais, educacionais ou não. Infelizmente há uma prevalência em se confundir os elementos com os quais a Educação Física atua ou pode atuar, com ela própria.

## 3 ARGUMENTAÇÃO

Tenho observado mais atentamente o quanto o processo de formação em Educação Física, seja do licenciado ou do bacharel estão aquém da necessidade atual de delimitação e incorporação de um objeto de estudo para a área.

No caso da licenciatura, o processo de formação aligeirado, tem sido insuficiente para discussões, debates e aprofundamentos sobre a profissão, a história da Educação e da Educação Física e seu desenvolvimento nos anos vindouros, essenciais para a visualização de seu objeto.

E, no caso do bacharelado, da despersonalização dessa formação, haja vista estar também predominando um quadro de curso com dupla identidade, quando por questões de concorrência mercadológica, dada à imensa maioria dos cursos de Educação Física serem oferecidos por instituições privadas no país, sobretudo na região Sudeste, estes se configuram pouco a pouco como cursos com “base única”,



atendendo às duas formações, o que inviabiliza formações com significado para ambos os campos de atuação.

Em ambos os casos, as legislações vigentes “não pressupunham” a configuração histórica que se delineia, pois havia previsão de formações distintas. E, os órgãos responsáveis não tem sido suficientes para controlar esse processo de formação “unificado” que ocorre entre os dois setores.

Esses elementos de ambos os setores (licenciatura e bacharelado) histórica e culturalmente determinados, são “móveis” e dependem do contexto ao qual se inserem e, é fato também que cada um carrega consigo uma carga de representações que destoam entre o senso comum e a ciência. Este é outro ponto bastante significativo a ser superado na formação básica, pois recebe influência de sociedades cada vez mais globalizadas, em que se tomam os fenômenos para deles tirarem proveitos, que quase sempre não beneficiam o homem, mas um grupo restrito e sob a ótica estritamente financeira.

A Educação Física não é “palpável” ou “visível” como são os elementos com os quais ela pode interferir culturalmente e que variam geograficamente e essa “concreticidade” ou “materialidade” que as práticas possuem também se constituem em outro fator que interfere no rompimento do senso comum sobre a Educação Física e que também depende do processo de formação básico para ser apreendido.

Em minhas várias reflexões tenho notado cada vez mais que independentemente do objeto de estudo da Educação Física adotado as condições para estudo, disseminação e incorporação são desfavoráveis por conta da política educacional do país que considera no caso dos licenciados que a formação tenha que ser rápida, podendo se concretizar em 2800 horas, em três anos de duração, como prescreve a Resolução n. 02 do CNE/CP, de 2002.

A formação de um licenciado em Educação Física se superficializa e a profundidade do entendimento sobre o que é a sociedade, o homem, a Educação, para que esta serve, e como a Educação Física pode atuar para se alcançá-la, fica inviabilizada pela baixa carga horária que se pode destinar às disciplinas filosóficas, sociológico-políticas e psicológicas, não bastasse a relação que estas devem ter com os elementos da cultura, nos estágios e práticas como componentes curriculares, que devem ocupar 800 horas da organização curricular mínima. Ou seja, a especificidade da formação ficou prejudicada por estas questões e outras, que se ampliam conforme se aumenta o oferecimento de cursos em instituições privadas, haja vista a exacerbada concorrência que faz com que as IES ajustem os cursos cada vez mais, para terem custos reduzidos, incluindo aí a dispensa de docentes titulados. Essa visão de Educação como mercadoria, tem proporcionado cursos de licenciatura “instrumentalizadores”, de “receituários”, com insuficiente nível de reflexão e contextualização, que deveria ser superada conforme explícito na Resolução n. 01 do CNE/CP, de 2002.

Em se tratando da formação do bacharel ou graduado, conforme prevê a Resolução n. 07 do CNE/CP, de 2004, os cursos ainda podem ser mais bem elaborados, se bem definidos o perfil a ser alcançado, já que se exige um mínimo de quatro anos para a conclusão do curso. Mas, ao contrário do que se esperava o que se observa é que as IES também por conta da lógica mercantilista não seguem as prerrogativas legais e perpetuam os modelos “mesclados”, oferecendo cursos de “base” ou “núcleo comum” e terminalidade em uma das áreas (bacharelado ou licenciatura), ou ainda, cursos de licenciatura com complementação de disciplinas que comporão o bacharelado. Um curso de bacharelado sem identidade.



A formação está muito aquém das necessidades de delineamento do objeto de estudo da Educação Física, uma vez que até mesmo os órgãos normatizadores e fiscalizadores, sejam os Conselhos Estaduais de Educação ou o Ministério da Educação seguem orientações diferenciadas para a autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos, abrindo precedentes para uma diversidade de situações que favorece a precariedade da formação básica.

Não bastasse se tem as diferenças regionais e de pessoal qualificado entre outras, que no Brasil são imensas e que fica mais vulnerável com a desvalorização dos profissionais formadores titulados, nas IES privadas, que representam grande maioria.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caminho da separação entre a formação do licenciado e do bacharel dificulta a identificação de um objeto para a Educação Física, mas favorece a qualificação do profissional em cada área a ser formado, se mantido o foco da formação, embora, no caso da formação do educador de qualquer área, há necessidade de maior tempo para se intelectualizar e não se “tecnificar” minimamente.

Esse caminho parece não estar sendo seguido e, por conta disso, poucos tem sido os egressos nesse momento, que sabem conceituar a Educação Física, para que ela serve, qual seu papel ao se atuar com ela, na escola, no clube, na academia, no SPA, no hospital, na clínica, no hotel, no clube, etc.

E se não está claro para estes, dificilmente colaborarão para o rompimento com visões distorcidas sobre a Educação Física.

Os estudos tão necessários sobre o corpo, a motricidade e objetos de estudo historicamente admitidos, o lazer, entre outros temas, quase não aparecem nas práticas dos professores e profissionais.

Há um ciclo reiniciando de uma crise que se alterna desde a década de oitenta e que necessita de rigor em sua análise, mas que agora, me parece importante enfatizar, que o processo de formação inicial, seja de licenciados ou de bacharéis ficou muito comprometido quando se tornaram uma coisa só na “prática”, novamente, embora com outra formatação.

Há necessidade de empenho em se fazer cumprir o que as legislações determinam para que a formação tenha perfil mais bem delineado e que os sujeitos que lidam com a Educação Física, licenciados ou bacharéis saibam com clareza o papel social, a função de cada uma das áreas e que os cursos melhor organizados possam oferecer momentos para aprofundamento do estudo do objeto da Educação Física ao longo da história e da posição admitida em cada Projeto Pedagógico, de cada IES. Os acadêmicos devem assumir conscientemente o papel de construtores dessa história, incorporando o perfil que foi almejado.

É necessário tempo e profundidade nos estudos para uma Educação melhor em qualquer nível ou setor e, no caso da Educação Física isto é definitivo, pois sua configuração atual corre sérios riscos de se banalizar e sofrer ainda mais prejuízos, que se converterão irreversíveis para toda a sociedade.

Há de se ter responsabilidade para com a Educação Física, a história da sociedade atual de amplas necessidades de melhoria da Educação, saúde, bem estar social e desenvolvimento humano que são setores a serem vistos de maneira cada vez mais unificada.



### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério de Educação – CNE/CP – Resolução 01 de 18 de fevereiro de 2002. D.O.U. 09/04/2002, seção I – p.31.

BRASIL, Ministério de Educação – CNE/CP – Resolução 02 de 19 de fevereiro de 2002. D.O.U. 04/03/2002, seção I – p.09.

BRASIL, Ministério de Educação – CNE/CES – Resolução 07 de 31 de março de 2004. D.O.U. 05/04/2004, seção I – p.18.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Resolução SE 83 de 2008. D.O de 26 de novembro de 2008, seção I - p. 56.

**Recebido: 29/01/2009**

**Aprovado: 29/01/2009**